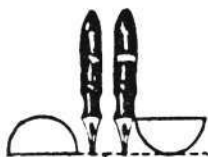


## Ulysses recua e copia gesto de Aureliano

O lance do recuo, no mais das vezes, é muito mais lento, sutil e cuidadoso



do que o lance do avanço político — afinal, implica em uma revisão, não admitida explicitamente, do compromisso assumido. Desgosta a quem se sente traído ou desamparado, arranha, de todo modo, a biografia do seu autor e nem sempre é bem compreendido pelo público em geral — no caso, os eleitores. O deputado Ulysses Guimarães encontrou um atalho inteligente para recuar do pacto firmado com o presidente José Sarney de defesa do mandato de cinco anos.

Nem cinco, que a sociedade repele, nem quatro, que Sarney exorciza. Ulysses fala, agora, em mandatos iguais para o atual presidente e para seus sucessores. "Nada de discriminação contra Sarney", prega, simpaticamente, o presidente do PMDB. Se a Constituinte optar pelo mandato de cinco anos para os futuros presidentes, Ulysses ficará à vontade para declarar de pé o compromisso firmado com Sarney em torno dos cinco anos. A vontade também ficará para aceitar os quatro anos se esse for o tempo de mandato dos sucessores de Sarney.

Pelo mesmo atalho, adiantou-se a Ulysses o ministro Aureliano Chaves, que passou a sugerir tal

coisa desde o final do ano passado. Os dois subscreveram o documento que serviu de base à formação da Aliança Democrática e de plataforma para lançamento da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Os dois se esforçaram para que não desabasse a aliança política que Sarney declarou extinta no último novembro, quando imaginou governar com um partido que não conseguiu estruturar até agora — o seu próprio, destinado a assegurar-lhe os cinco anos.

Os dois, agora, aderem à mesma fórmula de brando, medido abandono de uma tese que os partidos que lideram refugam cada vez mais. Com o gesto, sinalizam na direção do que já se esboçava desde o reinício, em janeiro passado, das sessões da Constituinte: a antecipação, para daqui a pouco, da batalha sobre o mandato de Sarney. Ela deveria ocorrer, e talvez ainda ocorra, só no final dos trabalhos da assembléia, quando for votado o capítulo das "Disposições Transitórias" do projeto de Constituição. Tudo leva a crer, contudo, que se dará já na segunda quinzena de março.

Se o processo Constituinte não emperrar até lá, os constituintes votarão, ali pelo final de março, no máximo início de abril, o artigo que define a extensão do mandato dos futuros presidentes da República. No atual projeto de Constituição, esse mandato é de cinco anos em um sistema quase clássico de governo parlamentarista. Foram oferecidas emendas ao projeto que o reduzem de cinco para quatro anos (emenda Mário Covas), simplesmente, e que introduzem o direito à reeleição (emenda Fernando Henrique Cardoso).

Em uma dessas emendas, os adeptos dos quatro anos concentrarão todo seu empenho. Teirão, a seu favor, a eliminação do argumento de que é uma discriminação odiosa contra Sarney conferir-lhe quatro anos de mandato e cinco para seus sucessores. Não. O mandato passaria a ser o mesmo para todos deputados que hesitariam votar um mandato menor que o desejado por Sarney. Poderão alegar que não votaram contra o atual presidente — afinal, deliberaram, por enquanto, sobre a extensão do mandato dos seus sucessores. O constrangimento será bem menor.

De resto, na perspectiva dos fisiológicos, "devotos de São Francisco", votar nos quatro anos para os próximos presidentes pode ser uma maneira de continuarem valorizando seu passe junto ao governo até a data de votação do mandato de Sarney nas "Disposições Transitórias". Só que não haverá força política capaz de conferir cinco anos para Sarney depois de a Constituinte votar quatro anos para seus sucessores. O jogo estará decidido por antecipação — de certa maneira, até como é do agrado do próprio Sarney — e a sucessão presidencial, no dia seguinte, ganhará as ruas.

O drama de Sarney, e ele sabe disso, é o de que a confirmação dos cinco anos para os futuros presidentes não lhe garantirá, necessariamente, os cinco anos que tanto quer. Seu sonho ficará, sem dúvida, mais perto de se realizar mas não estará garantido. "Sempre disse que votava e votarei quatro anos para Sarney", reafirma o deputado Robson Marinho (PMDB-SP). "Mas votarei cinco anos para os sucessores dele". Se muitos consti-

tuintes pensarem como Marinho, a agonia do presidente será mais lenta — e mais aflitiva para ele e para o país, que quer votar em novembro.

### No último minuto

Depois da batalha em torno do caráter da propriedade privada, a próxima será travada quando a Constituinte votar a estabilidade no emprego — ou, como prefere o projeto de Constituição, a garantia do emprego contra a demissão imotivada. O objetivo do *Centrão* é só um: quer acabar, de vez, com qualquer risco de a estabilidade, agora ou no futuro através de lei ordinária, ser introduzida no país. A liderança do PMDB concorda com a tese do *Centrão* da indenização progressiva, mas quer deixar a questão para ser definida em lei. Se houver acordo, só na hora da votação.

### Transição Prorrogada

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) observa, sem muito entusiasmo, a opção que fez a liderança do PMDB pelo acordo preferencial com o *Centrão* para votar os pontos mais polêmicos da futura Constituição. "Acordos como esses que estão sendo feitos arrefecem a pressão popular sobre a Constituinte e diminuem as chances de termos uma Constituição politicamente mais avançada", acredita. A próxima, acha o deputado, será uma Constituição mais progressista que a de 1946 mas significará, na prática, a prorrogação do atual processo de transição política.

Ricardo Noblat